



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 639172 - SP (2021/0005385-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
RAFAEL BRESCIANI MARRACINI - SP300693  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : VINICIUS BERNARDINELLI BATISTA DA SILVA (PRESO)  
**PACIENTE** : RICHARD HENRIQUE CAMARGO COSTA (PRESO)  
**CORRÉU** : JEAN LUCAS DE LIMA MAZETTO  
**CORRÉU** : BRUNO ALAN FERRAZ SANTOS  
**CORRÉU** : MARCIO ALEXANDRE FERRAZ  
**CORRÉU** : GILCIMAR RENAN ZOPPE DE OLIVEIRA  
**CORRÉU** : GUSTAVO GIUSTI TOSI  
**CORRÉU** : GREGOLYN LUIZ SILVEIRA BALDINI  
**CORRÉU** : ELTON APARECIDO MORALES  
**CORRÉU** : SILAS JOSE DAS NEVES  
**CORRÉU** : ALEFF HENRIQUE LEITE  
**CORRÉU** : VALDIR DOS SANTOS  
**CORRÉU** : LUCIANO MORALES DOS SANTOS  
**CORRÉU** : DENER EDUARDO NASCIMENTO CANUTO  
**CORRÉU** : WILLIAM DOS SANTOS LEME  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de VINICIUS BERNARDINELLI BATISTA DA SILVA e RICHARD HENRIQUE CAMARGO COSTA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - RUA DA GLÓRIA (Apelação Criminal n. 1534259-25.2018.8.26.0451).

Os pacientes foram condenados pela prática do crime previsto no art. 35, *caput*, c/c o art. 40, VI, da Lei n. 11.343/2006, tendo sido aplicadas as penas de 4 anos, 9 meses e 5 dias de reclusão e 1.110 dias-multa a VINÍCIUS BERNARDINELLI BATISTA DA SILVA e de 4 anos e 1 mês de reclusão e 952 dias-multa a RICHARD HENRIQUE CAMARGO COSTA.

A impetrante sustenta o excesso de exasperação das penas-bases cominadas

aos pacientes, bem como a inidoneidade dos motivos apresentados para a valoração negativa das vetoriais reprovadas - circunstâncias do crime.

Afirma a necessidade de reconhecimento da atenuante da confissão espontânea em favor de VINÍCIUS, compensando-a integralmente com a agravante da reincidência.

Defende o abrandamento do regime prisional fixado para o início do cumprimento das penas reclusivas cominadas aos pacientes, bem como a aplicação da regra disposta no art. 387, § 2º, do Código de Processo Penal.

Por fim, alega a possibilidade de substituição das penas privativas de liberdade por restritivas de direitos.

Requer, liminarmente, a fixação das penas-bases no mínimo legal, o reconhecimento da atenuante da confissão em favor de VINÍCIUS BERNARDINELLI BATISTA DA SILVA, a modificação do regime prisional inicial fixado para ambos os pacientes e a substituição das penas privativas de liberdade por restritivas de direitos. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a medida liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente